



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Relatório acerca da atual situação de violência enfrentada pelo Povo Pataxó - AJUR/APIB

Brasília, 16 de outubro de 2023.

1. INTRODUÇÃO

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme) e diversas organizações parceiras entraram em janeiro com uma ação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para exigir Medidas Cautelares de proteção do povo Pataxó, na Bahia.

Em abril, por meio de sua Resolução 25/2023,¹ a CIDH concedeu uma Medida Cautelar, solicitando que o Estado brasileiro adotasse as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade pessoal dos membros do povo indígena Pataxó. Tais medidas devem levar em consideração a cultura Pataxó e proteger os indígenas inclusive de atos perpetrados por terceiros.

A Cautelar refere-se, especificamente, aos Pataxó das Terras Indígenas (TIs) Comexatibá e Barra Velha do Monte Pascoal. Na resolução, a CIDH constatou que os indígenas destas áreas estão em “grave e urgente risco de dano irreparável aos seus direitos”.

Há anos, o povo Pataxó aguarda pela conclusão da demarcação destas duas terras. Em junho de 2022, como forma de proteger seu território e resistir à pressão do agronegócio, do setor hoteleiro e da especulação imobiliária, os Pataxó deram início a um

¹ Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/mc/2023/res_25-23_mc_61-23_br_pt.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

processo de autodemarcação. Desde então, têm sofrido com uma violência intensa, contínua e desproporcional, sendo alvo de ameaças, cercos armados, tiroteios, difamação e campanhas de desinformação.

Entre setembro e janeiro, no intervalo de apenas cinco meses, ao menos três jovens Pataxó foram assassinados na região – entre eles, dois adolescentes. Gustavo Silva da Conceição, de apenas 14 anos, foi assassinado com um tiro nas costas durante um ataque de pistoleiros em setembro, na TI Comexatibá.

Em outubro, o corpo do Pataxó Carlone Gonçalves da Silva, de 26 anos, foi encontrado, depois dele ter desaparecido na TI Barra Velha. Em janeiro, Samuel Cristiano do Amor Divino, de 25 anos, e o adolescente Nauí Brito de Jesus, de 16 anos, foram perseguidos e executados por pistoleiros numa estrada próxima a uma retomada realizada pelos Pataxó na TI Barra Velha do Monte Pascoal. A participação de policiais nos ataques armados contra o povo Pataxó, evidenciada em investigações e relatada à CIDH, também chamou atenção do órgão interamericano.

Ocorre que, apesar da concessão das medidas cautelares, o Estado brasileiro não vem tomando medidas efetivas para alterar a realidade vivenciada nos referidos territórios. Diante disso, uma nova manifestação foi enviada à CIDH, com o intuito de atualizar o órgão sobre o contexto atual de violência nos territórios Pataxó e sobre as ações tomadas pela APIB nos últimos meses, tendo como objetivo solicitar à Comissão a permanência das medidas cautelares em curso, graças à manutenção da situação de risco e urgência. Seguem abaixo as informações compartilhadas.

2. DA INEFICIÊNCIA DO GABINETE DE CRISE PATAXÓ E DA VISITA AOS TERRITÓRIOS PATAXÓ NA BAHIA



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Em 20 de janeiro, foi criado um Gabinete de Crise com a finalidade de acompanhar as situações de conflitos relacionadas aos Pataxó região da Bahia. O objetivo primordial do Gabinete era pensar em respostas rápidas e ações sobre os conflitos que estão acontecendo com as comunidades Pataxós.

No entanto, apesar do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), órgão responsável pelo Gabinete, ter se mostrado vigilante com a situação de extrema violação dos direitos humanos do Povo Pataxó, as medidas de enfrentamento vão para além da competência e atribuição do Ministério, motivo pelo qual qualificamos a atuação do gabinete de crise como ineficiente, pois a situação de conflito encontra-se em enorme magnitude, sendo necessário, assim, um comprometimento de todas as esferas de governo, tanto federal quanto estadual. No caso em tela, no entanto, não houve esse pacto consensual das esferas de poder em prol dos povos indígenas.

Além disso, as reuniões periódicas do Gabinete de Crise cessaram sem explicação em meados de maio. Em junho, uma comitiva liderada pela Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, visitou territórios indígenas em conflito no extremo sul da Bahia. Em diálogo com lideranças locais, a representante do MPI sinalizou que a carta declaratória da demarcação do território pataxó Barra Velha será assinada ainda neste ano e que os outros territórios, como Cumuruxatibá e Ponta Grande, devem ter o processo demarcatório acelerado. Também foi sinalizado que seria realizada uma reunião de trabalho com o governo da Bahia para criação de um plano conjunto de trabalho que abarcasse União, estado e municípios na efetivação de direitos dos povos indígenas em todo o estado.² No entanto, nenhuma das promessas foi efetivada.

2

Disponível

em:

<<https://www.brasildefatoba.com.br/2023/06/21/ministra-dos-povos-indigenas-visita-territorios-pataxo-em-conflito-na-bahia>>. Acesso em: 05 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

A partir deste contexto, portanto, surgiu a necessidade de uma visita *in loco* ao território Pataxó, para que se pudesse coletar informações a respeito da violência e das situações de risco que o território continua sofrendo.

Neste sentido, o Departamento Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em parceria com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), esteve em visita, ao longo dos dias 25 de julho a 1º de agosto de 2023, ao território Pataxó na Bahia, com o objetivo de efetivar esse diálogo, informar e também coletar informações a respeito da violência e das situações de risco que o território vem sofrendo.

Nos dias 28 e 29 de julho, foi visitada a Reserva Pataxó da Jaqueira, em Porto Seguro/Bahia, onde tivemos contatos com diversas lideranças Pataxó. Já no domingo, dia 30/07, a delegação foi ao encontro da comunidade Pataxó da Aldeia Kaí, na Terra Indígena Comexatibá, no extremo sul da Bahia, para dialogar com as lideranças locais, promover o processo de escuta das demandas internas e também fornecer explicações jurídicas simplificadas.

A Terra Indígena Comexatibá é hoje o território com o maior número de contestações administrativas no âmbito do processo de sua demarcação, dado que já revela simbolicamente a propensão do território para conflitos.

Por sua vez, a Aldeia Kaí se encontra perto do local onde o jovem Gustavo Pataxó foi assassinado em setembro de 2022. Sua mãe, inclusive, estava presente na reunião e nos forneceu impactantes relatos. Na semana anterior à nossa visita, houve o julgamento dos réus acusados pelo assassinato de Gustavo, **os quais ganharam liberdade provisória, fato que provocou fundados receios nas comunidades de novos ataques e retaliações, para além da sinalização de impunidade.**



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Tendo isso em vista, bem como a omissão do Ministério Público em oferecer recurso à decisão dentro do prazo legal, mesmo diante da materialidade do fato ilícito e de todas as provas juntadas aos autos, o departamento jurídico da APIB ingressou com um pedido de Habilitação como Assistente de Acusação no processo, representando a mãe de Gustavo, para poder acompanhar a ação, mantê-la informada e buscar a punição dos responsáveis.

Para além disso, ficamos cientes de outras situações e problemáticas pontuais do território, envolvendo questões ambientais, contaminação por agrotóxico, desmatamento para plantação de eucalipto, dentre outros. Os relatos recebidos, bem como as demais informações abaixo expostas, alertam para a manutenção da tensa situação de risco, devido aos conflitos territoriais e ameaças recebidas pelas lideranças e comunidades como um todo.

3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RELATÓRIO DE JUNHO DE 2023 APRESENTADO PELO ESTADO BRASILEIRO

Recentemente o Estado brasileiro enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos um relatório acerca das medidas tomadas em relação aos Pataxó no período até junho de 2023, a respeito do qual serão tecidas as considerações a seguir. Tal manifestação estatal ocorreu, no entanto, somente após mais de três meses do deferimento da medida cautelar pela CIDH.

Cabe apontar, primeiramente, para o caráter genérico do relatório, que sequer menciona a atuação do próprio governo por meio do Gabinete de Crise Pataxó, instaurado em janeiro de 2023. Tal descaso na construção da resposta por parte do Estado



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

é de extrema preocupação, pois sinaliza, inclusive, a falta de articulação interinstitucional do governo brasileiro para responder às demandas formuladas nesta Cautelar.

No relatório também é mencionada a instauração do Plano de Atuação Integrada de Enfrentamento à Violência contra Povos e Comunidades Tradicionais,³ com abrangência estadual e duração prevista de 2023 a 2026. O Modelo de Governança do plano prevê a composição de duas instâncias: i) o Grupo de Pontos Focais e ii) o Comitê Gestor, principal instância decisória cujas reuniões ordinárias deveriam ocorrer quinzenalmente. O que tudo indica é que esse plano de enfrentamento à violência foi construído com o fito de cumprimento de uma mera formalidade, uma vez que a participação indígena em sua construção é extremamente questionável.

Durante a visita à Reserva Pataxó da Jaqueira, em Porto Seguro/Bahia, em julho, a APIB teve contato com representantes da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública Estadual da Bahia que acompanharam de perto o desenvolvimento do referido plano ao longo de 2023. Sob suas perspectivas, existem ali muitas lacunas e a ausência de descrição a respeito dos modos como se pretendiam efetivar os objetivos do plano. No próprio relatório do Estado sequer foram apresentadas informações concretas a respeito de seu desenvolvimento e se houve a continuidade das reuniões do Comitê Gestor e dos Grupos de Pontos Focais.

A inefetividade do Plano de Atuação Integrada resta comprovada por recente ofício remetido conjuntamente pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União e pela Defensoria Pública do Estado da Bahia ao Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues Souza. Neste documento, as entidades pleiteiam a adoção de medidas estruturantes aptas a assegurar providências efetivas em defesa dos povos e comunidade tradicionais do estado, o que inclui, dentre outros, “i) a elaboração de plano

³

Disponível em: https://ssp.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Plano_de_Atuação_Integrada_de_Enfrentamento_a_Violencia_contra_Povos_e_Comunidades_Tradicionais_vf-1.pdf. Acesso em> 06 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

de atuação, com cronograma definindo prazos e metas, para os próximos 04 (quatro anos); [...] ii a formação de força de segurança especializada e capacitada apta a monitorar as regiões de conflito; [...] iii) a criação de Unidade de Investigação Especializada para tratar de casos relacionados a Povos e Comunidades Tradicionais [...]”.

De acordo com o Estado brasileiro, a expectativa era de que o Plano possibilitasse ao Estado da Bahia e aos demais entes federativos parceiros uma contribuição efetiva para a resolução pacífica dos conflitos relacionados com as disputas pela posse, ocupação e exploração da terra. No entanto, como restará demonstrado ao longo desta manifestação, tal desfecho não ocorreu.

4. NOVOS EVENTOS DE VIOLÊNCIA E RISCO NOS TERRITÓRIOS PATAXÓ

No dia 30 /05, o indígena Pataxó Carlos Fernando Aquino dos Santos foi baleado nas costas em uma propriedade rural ocupada, chamada retomada Várzea da Palmeira, dentro da Terra Indígena de Barra Velha, no município de Porto Seguro. O caso aconteceu na terça-feira (30), um dia depois que os indígenas da etnia Pataxó chegaram ao local. O episódio aconteceu na mesma noite em que o Projeto de Lei 490/2007, referente ao marco temporal das terras indígenas e a outras medidas contrárias aos povos indígenas, foi votado na Câmara de Deputados em Brasília.⁴

Segundo relatos de lideranças, no dia 29, a comunidade de Várzea da Palmeira avançou em mais uma área de retomada, chegando até a sede de uma fazenda. Ao anunciarem a retomada aos trabalhadores da propriedade, o gerente deixou o carro com as chaves e abandonou o local, posteriormente informando à polícia que a caminhonete havia sido roubada pelo cacique Bacurau, o qual chegou a ser preso no mesmo dia 29,

⁴

Disponível

em:

<<https://www.ibahia.com/bahia/indigena-e-baleado-em-area-ocupada-em-barra-velha-extremo-sul-da-ba-294956>>.

Acesso em: 06 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

mas foi solto logo na manhã seguinte. Ainda no dia 30, ao final da tarde, os indígenas que estavam na sede da fazenda foram atacados.⁵

Carlos Fernando foi atingido nas costas e precisou ser escoltado pela PM até o hospital onde ficou internado. Na fuga para se proteger, outro homem da comunidade acabou se perdendo do grupo e ficou desaparecido na mata até o final da tarde do dia 31. Houve participação da Funai e da Polícia Militar nas buscas até encontrá-lo, com muitas escoriações e debilitado. Segundo as lideranças, o grupo estava fortemente armado, mas não saberiam dizer se havia policiais envolvidos.⁶

Já em junho, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) ingressaram com ação, resultado de um inquérito civil, pedindo a imediata desocupação da Aldeia Pequi, pertencente à etnia Pataxó, localizada na Terra Indígena Comexatibá, no município de Prado. No dia 23 de abril, a aldeia havia sido invadida com uma ocupação ilegal em área de preservação pertencente à aldeia, por não indígenas, para divisão do local em lotes, vendidos por aproximadamente R\$ 200,00. De acordo com as investigações, a ação teria sido comandada por um grupo de cinco pessoas, que já haviam invadido outras áreas para posterior comercialização, prática esta recorrente na região. Para além dos danos ambientais provocados pelo corte de madeira do local, a situação gerou prejuízos aos indígenas, os quais enfrentam dificuldades de acesso à água, limitação da pesca, além de insegurança.⁷

Ao final de junho, concluindo que os indígenas possuíam posse anterior da área e que houve esbulho possessório por parte do grupo de invasores, a Justiça Federal em Teixeira de Freitas (BA) determinou a reintegração de posse do território da Comunidade

⁵ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2023/06/02/mais-um-indigena-pataxo-e-alvo-de-ataque-em-territorio-ameacado-por-marco-temporal-na-bahia>. Acesso em 06 out. 2023.

⁶ Ibidem.

⁷ Disponível em: <https://jojonoticias.com.br/sociedade/mpf-e-dpu-pedem-imediate-desocupacao-de-aldeia-pataxo-no-extremo-sul-da-bahia/>. Acesso em: 06 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Indígena Pataxó da Aldeia Pequi. Foi concedida medida liminar de reintegração de posse, determinando que os invasores desocupassem voluntariamente o local no prazo de 48 horas a partir da intimação.⁸

Outra localidade acometida de intensas ações criminosas se trata da Aldeia Xandó, em Caraíva, distrito de Porto Seguro. A referida comunidade vem sofrendo diversas invasões por pessoas não indígenas. Há uma escancarada corretagem ilegal de terrenos, que incluem áreas de demarcação indígena na região. Sem pudor algum, pessoas publicam fotos e vídeos vendendo terrenos, praticando tais ações na internet.

Há também um constante processo de desinformação a respeito da realidade dessas comunidades, a exemplo de manifestação do Presidente da Agronex (Associação do Agronegócio do Extremo Sul da Bahia), que publicou vídeo em suas redes sociais, com a seguinte descrição:

“Aldeia Xandó, Extremo Sul da Bahia. Lá existe tudo, menos uma Aldeia. Lá é um Verdadeiro Balneário, terrenos Vendidos a mais de 3 milhões de Reais. Caciques e Líderes milionários. Será que esses indígenas querem preservar a natureza? A mata foi toda derrubada para fazer mansões. Onde está o Ministério do meio-ambiente? Onde está o Governo Federal? Onde está o Governo do Estado? Desmatamento pode? Vender terrenos em área indígena pode? Agora eles querem tomar as fazendas produtivas da Região. Essa conversa de preservar a natureza não cola. Veja com seus próprios olhos!!”⁹

⁸

Disponível em: <https://atarde.com.br/portalmunicipios/portalmunicipiossul/justica-determina-desocupacao-de-territorio-indigena-na-bahia-1233907>>. Acesso em: 06 out. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtmfyscA3KZ/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>>. Acesso em: 06 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Diante disso e da omissão da Funai em não conter as ocupações irregulares na Aldeia Xandó, a Justiça Federal (da Vara Única da Subseção de Eunápolis) realizou negócio jurídico processual entre a comunidade indígena e a Funai, no início do mês de agosto.¹⁰ Foi convocada audiência de conciliação, instrução e julgamento, nos autos de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em 2022, com o objetivo de obrigar a Funai a identificar as invasões, assim como adotar as medidas necessárias para a consolidação dos limites fundiários da aldeia, com a consequente remoção dos ocupantes irregulares.

O magistrado responsável pelo processo determinou a homologação como negócio jurídico processual, bem como a suspensão do processo, pelo prazo de 6 meses, determinando à Funai adotar as providências administrativas e instituir grupo de trabalho para analisar a situação, apresentando um relatório sobre as medidas adotadas, a cada 45 dias.

Ainda em agosto, outro episódio de ataque repercutiu nacionalmente. No dia 25 do referido mês, indígenas pataxó da Terra Indígena Barra Velha, engajados na legítima ação de retomada e autodemarcação de seu território tradicional, foram surpreendidos por uma equipe de diversos policiais federais acompanhados do presidente e do relator da CPI do MST, os deputados federais Luciano Zucco e Ricardo Salles, respectivamente. O grupo, que aproveitou uma diligência em áreas do movimento no sul da Bahia, decidiu desviar a rota e intimidar os indígenas dentro de sua própria terra, enquanto exerciam seu direito fundamental de reivindicar seu território ancestral. Contra esta ação, que

¹⁰

Disponível

em:

<<https://jojonoticias.com.br/noticias/justica-federal-realiza-audiencia-para-acao-que-mpf-move-contra-a-funai-por-nad-a-ter-feito-para-conter-invasoes-de-terras-na-aldeia-xando-em-caraiva-2/>>. Acesso em: 06 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

ocorreu sem mandado judicial,¹¹ o Conselho de Caciques da Terra Indígena Pataxó Barra Velha (CONPACA) publicou nota de repúdio.¹²

Conforme se verifica em vídeo registrado na ocasião, “[u]ma família que tinha toda uma história nesse espaço, vocês arrancaram à força”, afirmou o Deputado Zucco, apoiado em um portão de madeira, para famílias de um povo originário da região. ‘Isso é território indígena’, tentou dizer, em vão, uma das lideranças interpeladas”.¹³ A área reivindicada pelos deputados bolsonaristas, em nome de fazendeiros, é parte do Parque Nacional Pau Brasil e já é velha conhecida de Ricardo Salles, considerado como ameaça mundial ao meio ambiente e aos povos indígenas. Em fevereiro de 2019, enquanto ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Salles inclusive concedeu a gestão do referido parque à iniciativa privada.¹⁴

5. DO CULTIVO DE EUCALIPTO NAS TERRAS INDÍGENAS BARRA VELHA E COMEXATIBÁ - AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Uma das principais problemáticas das quais a APIB e a APOINME foram alertadas, durante sua visita ao território Pataxó em agosto, foi a exploração e cultivo de eucalipto na região.

¹¹ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2023/08/25/fora-de-roteiro-da-diligencia-da-cpi-do-mst-salles-e-zucco-tentam-intimidar-indigenas-pataxo-na-ba>. Acesso em: 09 out. 2023.

¹² Disponível em: <https://www.assembleiapopular.com.br/post/nota-de-rep%C3%BAdio-%C3%A0-a%C3%A7%C3%A3o-truculenta-dos-deputados-ricardo-salles-e-luciano-zucco-em-terra-ind%C3%ADgena>. Acesso em: 09 out. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2023/08/25/fora-de-roteiro-da-diligencia-da-cpi-do-mst-salles-e-zucco-tentam-intimidar-indigenas-pataxo-na-ba>. Acesso em: 09 out. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/02/28/sob-protestos-parque-nacional-pau-brasil-e-concedido-a-iniciativa-privada>. Acesso em: 09 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Há anos, o povo Pataxó aguarda pela conclusão da demarcação de suas terras. Em junho de 2022, como forma de proteger seu território e resistir à pressão do agronegócio, do setor hoteleiro e da especulação imobiliária, os Pataxós deram início a um processo de autodemarcação. Desde então, têm sofrido com uma violência intensa, contínua e desproporcional, sendo alvo de ameaças, cercos armados, tiroteios, difamação e campanhas de desinformação.

Neste sentido, frustrados por ver o agronegócio destruir seu território, membros de várias comunidades indígenas Pataxó, no sul da Bahia, realizaram uma ação de retomada em 22 de junho de 2022, quando 180 indígenas assumiram a Fazenda Santa Bárbara, área utilizada para a criação de gado e também cultivo de eucaliptos pela Suzano, empresa multinacional de produção de celulose. A fazenda, que se encontra no interior dos limites do Território Indígena Pataxó Comexatibá, foi incendiada e, numa tentativa de deter a pressão externa sobre suas terras, os indígenas exigiram que as empresas multinacionais as deixassem para sempre.¹⁵

Em nota publicada a respeito do episódio, a Finpat (Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia) afirma que, “fazendeiros na forma de fomento, fazem a exploração da área com plantações de eucaliptos, trazendo sérios problemas ambientais para toda a região, inclusive, desmatamentos e uso excessivo de agrotóxicos”. Tais práticas vêm afetando os recursos hídricos, ecossistemas, fauna e flora, causando destruição de fragmentos de Mata Atlântica, espécies de plantas, animais e pássaros ameaçados de extinção ainda existentes na região.¹⁶

Para além das empresas de produção de celulose, os Pataxó também enfrentam a expansão dos setores de turismo e do agronegócio. A Terra Indígena Comexatibá é

¹⁵ Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/brasil/pataxos-queimam-eucaliptos-de-area-que-fornece-para-a-suzano/>>. Acesso em 04 ago. 2023.

¹⁶ Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/06/nota-publica-finpat.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

atualmente o local com maior disputa de terra no Brasil, o que se reflete na alta quantidade de contestações administrativas no seu processo de demarcação (mais de 150). Logo, esta situação de conflituosidade está associada tanto com a morosidade do poder público em garantir efetivamente a demarcação com a consequente dificuldade para manter a integridade do território em relação às diversas ameaças externas.

Ainda sobre a exploração de eucalipto, este se trata de um setor econômico chave no Brasil.¹⁷ Grande parte dele é cultivado na região que compreende o sudeste da Bahia e o estado vizinho do Espírito Santo, região que tem uma longa história de conflitos envolvendo plantações de eucaliptos, cujo resultado tem sido o assassinato de ativistas em contextos de grilagem de terra associados à expansão desse cultivo.¹⁸

As espécies de eucalipto cultivadas são especialmente prejudiciais ao meio ambiente e às comunidades que vivem ao redor das plantações, de acordo com ambientalistas, pois exigem grandes quantidades de pesticidas que afetam a saúde dos rios e consomem grandes quantidades de água, com um uso frequente, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Para além das grandes quantidades de pesticidas e água necessárias às plantações, o som constante de motosserras e caminhões se tornam uma preocupação adicional para muitas comunidades.¹⁹

Diante deste cenário, em agosto o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública (Nº 1004853-19.2023.4.01.3313, Justiça Federal da 1ª Região - TRF1) contra a

¹⁷ Na Mata Atlântica brasileira, os esforços de conservação afundam-se num mar de eucalipto. *Mongabay*. 27 jun. 2017. Disponível em:

<<https://brasil.mongabay.com/2017/06/na-mata-atlantica-brasileira-os-esforcos-conservacao-afundam-num-mar-eucalipto/>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

¹⁸ Povo Pataxó ocupa plantação de eucaliptos e busca recuperar suas terras no sul da Bahia. *Mongabay*. 04 ago. 2023. Disponível em:

<<https://brasil.mongabay.com/2022/08/povo-pataxo-ocupa-plantacao-de-eucaliptos-e-busca-recuperar-suas-terras-no-sul-da-bahia/>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

¹⁹ Povo Pataxó ocupa plantação de eucaliptos e busca recuperar suas terras no sul da Bahia. *Mongabay*. 04 ago. 2023. Disponível em:

<<https://brasil.mongabay.com/2022/08/povo-pataxo-ocupa-plantacao-de-eucaliptos-e-busca-recuperar-suas-terras-no-sul-da-bahia/>>. Acesso em: 04 ago. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

União, o estado da Bahia, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA) e as empresas de celulose e papel Suzano S.A e Veracel Celulose S.A, outra exploradora de eucalipto na região, com o objetivo de obter tutela judicial que assegure a devida proteção aos territórios dos povos tradicionais do Extremo Sul da Bahia, incluindo diversas comunidades quilombolas e as Terras Indígenas Comexatibá e Barra Velha do Monte Pascoal.²⁰

De acordo com o MPF, a degradação socioambiental provocada pelo monocultivo de eucalipto ameaça as comunidades da região, desestimulando seu modo de ser, viver e existir. A expansão irregular dos empreendimentos dessas empresas acontece sob a "inegável e injustificável omissão e/ou conivência do Poder Público", fatos elementares no contexto degradante vivido na região.

Em relação aos territórios do povo Pataxó, o MPF citou na ação um relato da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e das populações locais em relação ao Rio Caraíva, o qual, devido ao plantio de eucalipto, sofreu uma diminuição da vazão das águas, da oferta de pescado e mudança na tonalidade da água, bem como deixou de ser potável. Foi denunciado que:

“[...] as áreas de nascente e as microbacias de suas terras estão cobertas predominantemente por plantações de eucalipto e que a supressão da mata ciliar ao longo do curso dos rios diminui a qualidade da água e intensifica o assoreamento. Os rios são indispensáveis ao modo de vida tradicional Pataxó, seja para pesca, agricultura, prestação de serviços turísticos, transporte, lazer e coleta de alimentos no mangue. Portanto, a poluição das águas nos territórios originários representa também uma grande ameaça à reprodução física e cultural do povo indígena. Além disso, com a implantação de extensas áreas de monocultivo do eucalipto e o

²⁰

Disponível em: <https://www.assembleiapopular.com.br/post/bahia-mpf-pede-a-suspens%C3%A3o-de-atividades-das-empresas-suzano-e-veracel-em-territ%C3%B3rios-tradicionais>. Acesso em: 09 out. 2023



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

desmatamento da floresta nativa, fez-se notória a diminuição da biodiversidade, impactando diretamente a subsistência das famílias: as caças tradicionais tornaram-se escassas, sementes e frutos deixaram de ser encontrados, pois já não existem suas matrizes.”

Para além da degradação ambiental, a exploração de eucalipto, conforme já exposto, tem sua repercussão nos conflitos da região. O episódio mais recente ocorreu no contexto de duas retomadas realizadas na madrugada do último sábado (08/10), por indígenas Pataxó da Aldeia Mãe Barra Velha, nas fazendas Cabrinha e Pequi, em Porto Seguro.²¹ Por meio de relatos de lideranças tomamos conhecimento de que ainda no dia 08/10, por volta das 20 horas, fazendeiros e pistoleiros incendiaram uma plantação de eucaliptos da empresa Veracel, buscando incriminar os indígenas de retomada, e atingiram um indígena Pataxó com um tiro de raspão na cabeça. Desde então iniciou-se uma campanha de Fake News, anunciando que foram os indígenas que iniciaram o incêndio, que os mesmo irão invadir Caraíva e proferindo alegações racista de que o Cacique Suruí, liderança da região, não é indígena. Segundo os relatos, os caciques Suruí e Uruba estão ameaçados de morte.

Devido à recente ocorrência dos fatos, ainda não tivemos acesso a notícias ou documentos oficiais a respeito da situação nessa retomada, o que nos comprometemos a enviar à CIDH tão pronto tomemos ciência.

6. DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DA BAHIA

²¹ Disponível em: <<https://bahia40graus.com.br/33482-2/>>. Acesso em: 09 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

No dia 26 de setembro a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme), em parceria com o deputado estadual Hilton Coelho e com a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) para tratar do tema “Violações de Direitos dos Povos Indígenas no Estado da Bahia”. A gravação do evento encontra-se disponível online.²²

Na oportunidade, participaram lideranças e representantes das comunidades e organizações indígenas locais. Na mesa principal estiveram presentes: Dario Pataxó, da aldeia Kai, representando a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Agnaldo Pataxó Hã-Hã-Hãe, representando o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA); Cacique Braga da Aldeia Pé do Monte; Cacique Suruí da Aldeia Barra Velha; Vice-Cacica Lica da Aldeia Nova, representando o Conselho de Caciques da Terra Indígena Pataxó Barra Velha (CONPACA); Kâhu Pataxó, representando a Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (FINPAT); e a Deputada Célia Xakriabá, presidente da Comissão da Amazônia e Povos Originários da Câmara dos Deputados.

Na composição da mesa estendida, estiveram: Kãdara Pataxó, mãe do jovem Gustavo Pataxó, assassinado em 2022; Dr. Wagner Moreira, do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos; Cacique Aruã, representando a Coordenação regional do sul da Bahia da FUNAI; Alessia Tuxá, representando a Defensoria Pública do Estado da Bahia; Jerry Matalawê, representando a coordenadora de políticas para os povos indígenas da Secretaria de Promoção da Igualdade (Sepromi); Procurador da República

²² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xbzYsohhD4g>>. Acesso em: 09 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Marcos Kalil; além das delegações de diversos membros do povo Pataxó do sul e extremo sul da Bahia, Tupinambá de Olivença e Pataxó Hã Hã Hãe.

Para as lideranças indígenas presentes, a audiência pública foi um importante espaço de levantamento dos casos de violência e apresentação de soluções para a garantia dos direitos indígenas, principalmente em âmbito estadual. De acordo com o deputado Hilton Coelho,²³ “agora que o movimento indígena afastou a ameaça jurídica do Marco Temporal, chegou a hora de um esforço dos poderes públicos para garantir a segurança territorial, o direito à diferença e a afirmação do protagonismo indígena, sendo obrigação da Bahia assumir a dianteira nesse processo”.

Foi destacado pelas lideranças a importância das demarcações das Terras Indígenas para acabar com as violências cometidas pelas milícias rurais, assim como o fim da impunidade dos delitos praticados contra as populações originárias, a garantia de efetiva proteção a elas e a aplicação de políticas de saúde indígena.²⁴

É fundamental destacar que o último censo demográfico brasileiro publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciou que a Bahia é o segundo estado com maior população indígena do país. Com 229,1 mil pessoas de etnias indígenas, a Bahia só fica atrás do estado do Amazonas, que lidera a concentração de população indígena com 490,9 mil habitantes. Os dois estados somados concentram 42,51% do total da população indígena brasileira. Insta salientar que, apesar de a Bahia ser o segundo estado brasileiro com a maior população indígena (15%), é também o segundo estado em número de assassinatos de lideranças.²⁵

²³ <https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/59253>

²⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cx-7YJYxpYH/?igshid=NzZhOTFlYzFmZO%3D%3D>>. Acesso em: 09 out. 2023.

²⁵ Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/59277#:~:text=Segundo%20o%20legislador%2C%20na%20Bahia,teras%20tende%20a%20ficar%20inibida>>. Acesso em: 09 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Não obstante a população indígena local ser expressiva, o aumento de violências tem se agravado cotidianamente, a exemplo dos últimos acontecimentos nas comunidades indígenas, principalmente no território Pataxó, logo depois da realização da audiência pública, durante a qual, insta salientar, o Cacique Suruí já havia relatado as ameaças que vinha sofrendo, o que não evitou que fosse vítima de novos ataques, conforme relatado a seguir. A Bahia, vive uma crise em sua política de segurança pública, sendo hoje um dos estados com um alto índice de letalidade policial do país, segundo dados dados do anuário de segurança pública²⁶. Nesse sentido, resta importante consignar que essa crise tem afetado diretamente os povos indígenas Pataxós, pois o Estado brasileiro, ao não estabelecer uma política de segurança pública que respeite os direitos humanos, viola princípios fundamentais em operações policiais realizadas dentro de terras indígenas.

O Deputado Hilton Coelho, em sua fala durante a audiência na ALBA, apontou as atividades econômicas estimuladas pelo Governo da Bahia, especialmente as iniciativas no campo do agronegócio, da mineração e do turismo, como “vetores que se organizam de maneira muito agressiva contra os povos tradicionais em geral e, especialmente, contra os povos indígenas”. Sugeriu ainda, ao poder público, que efetive uma mediação política para a titulação das terras indígenas e um diálogo democrático a respeito das atividades econômicas citadas.

A respeito da importância da demarcação dos territórios para barrar a violência contra os indígenas, cumpre registrar o que foi exposto na fala de Agnaldo Pataxó Hã Hã Hã, coordenador do MUPOIBA: “Não demarcando, os governantes do nosso país sinalizam que vale a pena grilar, que vale a pena matar a terra indígena, e que o que fizerem com nós, indígenas, não vai ter punição”.

²⁶ disponível em:

<<https://brasil61.com/n/bahia-e-o-segundo-estado-mais-violento-do-brasil-indica-anuario-brasileiro-da-violencia-bras239521#:~:text=LOC.%3A%20Bahia%20%C3%A9%20o%20segundo,23%2C3%20por%20100%20mil>>.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Por fim, cabe destacar a presença do coordenador do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), Wagner Moreira, o qual apresentou um panorama sobre os indígenas ameaçados de morte devido à sua luta, observando que indígenas compõem cerca de 70% dos defensores inseridos no Programa da Bahia,²⁷ motivo pelo qual figura de extrema importância de o Estado brasileiro apresentar, no âmbito desta cautelar, dados a respeito das lideranças Pataxó inseridas no programa, bem como se manifestar acerca da inserção dos Caciques Suruí e Uruba, devido às fortes ameaças previamente relatadas.

7. DE NOVAS AMEAÇAS E VIOLÊNCIAS DECORRENTES DO CONTEXTO DE JULGAMENTO DO MARCO TEMPORAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA APROVAÇÃO DO PL 2903/2023 PELO SENADO FEDERAL

O Marco Temporal se trata de uma tese política, patrocinada pelo Agronegócio, que visa determinar que só possuem direito aos territórios tradicionais os povos que comprovarem que viviam nesses locais no período de aprovação da Constituição Federal de 1988, medida esta que ignora o extermínio e expulsão de inúmeros povos de seus territórios ao longo da história brasileira.

Por 43 votos a 21, o Senado Federal aprovou no dia 27/09 o Projeto de Lei Nº 2903/2023 do Senado Federal (antigo PL Nº 490/2007 na Câmara dos Deputados), intitulado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) como PL do Genocídio. A movimentação, articulada pela bancada ruralista, foi feita a toque de caixa e aprovou

²⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cx-7YJYxpYH/?igshid=NzZhOTFIYzFmZQ%3D%3D>>. Acesso em: 09 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

em poucas horas a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário do Senado, em um tom de declaração de guerra²⁸ ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A votação do Senado aconteceu no mesmo dia em que a Suprema Corte brasileira encerrou o julgamento da tese do Marco Temporal. Os ministros e ministras do Supremo já haviam decidido anular tal tese ruralista no dia 21/09, quando o Tribunal formou maioria de 9 ministros contra o Marco Temporal e somente 2 a favor. Já no dia 27/09, o STF retomou a sessão para finalizar o julgamento e analisar as propostas sobre indenização e exploração de Terras Indígenas.

O Tribunal definiu critérios considerados pela Apib como prejudiciais aos povos indígenas no contexto da indenização para demarcações. No mesmo sentido, para além do marco temporal, o PL 2903 possui outros retrocessos para os direitos dos povos indígenas, que foram ignorados pelas comissões.²⁹

O PL 2903 agora é analisado pelo presidente Lula, que tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar (total ou parcialmente) o projeto. A Apib exige o veto total do projeto e cobra compromisso de Lula para respeitar e garantir os direitos dos povos indígenas.

Diante deste contexto, a fim de “burlar” o entendimento fixado pelo Órgão Superior e com nítido intuito de prejudicar os direitos indigenistas em prol dos interesses particulares do ramo agropecuário, representantes do Senado e Congresso Nacional promoveram ataques aos povos indígenas, mediante atos e falas agressivas, carregados de ódio e incitação à violência aos corpos e terras indígenas.

²⁸ Em 21 de setembro, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), presidida pelo deputado Pedro Lupion (PP-PR), já havia lançado uma nota oficial na qual foi manifesta a “sua completa irresignação com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no RE 1017365/SC, que alterou sua própria jurisprudência e decidiu legislar sobre a regulamentação de dispositivo constitucional que estabelece de forma clara o marco temporal para demarcações de terras indígenas no Brasil”. Diante disto, a FPA considerou imperioso o avanço do PL 2903/2023 no Senado. Em declarações públicas, Lupion ainda afirmou que não descartava que a bancada possa obstruir os trabalhos do Congresso, parando as pautas importantes para emprego, educação, saúde etc., além de convocar uma constituinte e “ir às últimas consequências” contra o que entende ser uma “decisão politiqueira”.

²⁹ Sobre os outros aspectos, conferir:

<<https://apiboficial.org/2023/10/03/veta-tudo-apib-cobra-compromisso-de-lula-para-barrar-pl-do-marco-temporal/>>.

Acesso em: 03 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Tal cenário é claramente representado pela fala da Deputada Caroline de Toni (PL/SC), Coordenadora Jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a qual, durante coletiva de imprensa ainda no dia 27/09, data do julgamento do STF, prometeu “um banho de sangue” caso a decisão do STF fosse mantida:

“A decisão do Marco Temporal, que vem relativizar a propriedade privada e gerar uma imensa insegurança jurídica, vai trazer um banho de sangue no campo brasileiro. Temos milhares e milhares de famílias de pequenos agricultores que serão expropriadas de suas terras sem direito à indenização. E eles não querem indenização, eles querem ficar na terra.”³⁰

Como resposta, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), enviou um pedido de providências³¹ ao Ministério Público Federal (MPF) contra a deputada Caroline de Toni, cuja fala racista promoveu discurso de ódio para ampliar ainda mais a violência contra os povos indígenas.³²

A Apib ressalta ainda que as atitudes da deputada e da FPA são resultados da ligação direta de políticos brasileiros à invasão de terras indígenas, como mostra o dossiê “Os invasores” do site jornalístico “De olho nos ruralistas”.³³ De acordo com o estudo, representantes do Congresso Nacional e do Executivo, possuem cerca de 96 mil hectares de terras sobrepostas às terras indígenas. Além disso, muitos deles foram financiados por

³⁰ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/9/29/caroline-de-toni-ameaa-indigenas-com-banho-de-sangue-apos-rejeio-do-marco-temporal-144971.html>. Acesso em 02 de outubro de 2023.

³¹ Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/10/03/apib-entra-com-representacao-no-mpf-contradeputada-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria-por-crimes-de-ameaca-incipitacao-a-violencia-e-racismo/>. Acesso em: 30 out. 2023.

³² Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/9/29/caroline-de-toni-ameaa-indigenas-com-banho-de-sangue-apos-rejeio-do-marco-temporal-144971.html>. Acesso em: 09 out. 2023.

³³ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

fazendeiros invasores de TIs, que doaram R\$ 3,6 milhões para campanha eleitoral de ruralistas. Esse grupo de invasores bancou 29 campanhas políticas em 2022, totalizando R\$ 5.313.843,44. Desse total, R\$ 1.163.385,00 foi destinado ao candidato derrotado, Jair Bolsonaro (PL).

Dentro deste contexto e também no dia do julgamento da tese do Marco Temporal pelo STF (27/09), a aldeia Barra Velha, no município de Porto Seguro, foi atacada a tiros por uma quadrilha que comanda o tráfico de drogas na região. De acordo com relatos fornecidos à APIB, os bandidos procuravam por lideranças da comunidade para execução em retaliação a suposta colaboração para inibir o tráfico na região. Não encontrando as lideranças, como forma de intimidação, os traficantes deferiram mais 100 tiros em direção à casa de lideranças, incluindo a do Cacique Suruí, danificando os imóveis e causando pânico em toda a comunidade.³⁴

Ainda no dia 27/09, a APIB tomou ciência da ocorrência de focos de incêndio na Terra Indígena Comexatibá.³⁵ De acordo com o relato de uma liderança a que obtivemos acesso, há indícios de atuação criminosa, conforme se vê:

“[...] Este incêndio, é o quarto foco registrado, somente no dia de hoje, no entorno da vila de Cumuruxatiba. Segundo informaram agentes da "Brigada anti-incêndio" do PND/ICMBio, nos grupos de whatsapp da comunidade, de onde operam e moram. Este último que se alastra com os fortes ventos e a alta temperatura, está acontecendo entre a aldeia Kaí e o rio do Peixe. Além de ameaçar avançar sobre as moradias nos arredores, há outros focos. Que, avançam em direção ao Parque Nacional do Descobrimento, às

³⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CxyEmktLd5k/>>. Acesso em: 09 out. 2023.

³⁵ Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/apos-oito-horas-incendio-e-debelado-no-parque-nacional-de-prado-1243799>>. Acesso em: 04 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

reservas de Mata Atlântica e às aldeias sobrepostas. A gravidade da situação, além dos prejuízos gerados, está no que aparenta ser fruto de uma ação criminoso. Ou uma terrível coincidência, diante da simultaneidade do mesmo dia, em locais de uma mesma área, distrito e Terra Indígena. Gravidade que se multiplica quando concluímos que todos os focos de incêndio ocorreram no território Pataxó, a TI Comexatiba. [...]"

Ademais, poucos dias após a fala da Deputada Caroline de Toni, houve um ataque a tiros contra uma comunidade indígena do território Barra Velha, perpetrado por uma quadrilha suspeita de liderar o tráfico de drogas na região. De acordo com informações reveladas em um vídeo flagrante divulgado por um cacique local,³⁶ que relata serem do dia 30/09, cerca de 100 homens, vestidos de preto e armados, participaram do ataque na entrada da Aldeia Gitai. Os criminosos buscavam líderes da comunidade, alegando represália à suposta colaboração deles na contenção do tráfico local. As informações iniciais indicam que não houve registro de feridos.

Uma vez que não encontraram as lideranças, os criminosos abriram fogo contra as residências dos líderes e os habitantes da aldeia, causando danos materiais, incinerando carros e motocicletas e disseminando o pânico entre a população. Nas imagens publicadas, é possível observar a presença de policiais militares coletando informações junto aos indígenas sobre o ocorrido durante a madrugada. Indicam os relatos que uma quadrilha ligada ao tráfico de drogas estabeleceu-se na aldeia Xandó, próximo a Caraíva. Devido à investida dos criminosos em busca de controle sobre a área indígena, a violência na região aumentou consideravelmente.

³⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/Cx02zFOu3zc/?igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D>>. Acesso em: 04 out. 2023.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Vale reforçar que, no mesmo período, ocorreu a supramencionada audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), que tratou justamente do tema “Violação de Direitos dos Povos Indígenas no Estado da Bahia”.

Ademais, ainda na semana em que o Congresso aprovou o PL 2903, Sônia Guajajara, a ministra dos Povos Indígenas, enviou ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, dez novas terras indígenas que estão prontas para ter andamento no processo de demarcação, dentre as quais figura a TI Barra Velha do Monte Pascoal. A solicitação é de que seja feita a portaria declaratória, cuja competência é da pasta de Dino, e também que se dê prosseguimento com a homologação, fase final, sob responsabilidade da Presidência. Este é o segundo aceno do Ministério dos Povos Indígenas de que a portaria declaratória deste território será assinada ainda neste ano, no entanto, até que seu processo demarcatório seja concluído, as consequências desta insegurança ainda serão sentidas pelas comunidades Pataxó ali habitantes.

- **ADICIONAR INFORMAÇÕES SOBRE AS AUDIÊNCIAS DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E DA ATUAÇÃO DO PROCURADOR GOETHE**



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APOINME – ARPINSUDESTE – ARPINSUL – COMISSÃO GUARANI YVYRUPA – CONSELHO DO POVO TERENA – ATY GUASU – COIAB

Maurício França Terena
Coordenador Jurídico da Articulação
dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Antônio Fernandes de Jesus Vieira
(Dinamam Tuxá)
Coordenador Executivo da Articulação
dos Povos Indígenas do Brasil e
Coordenador Jurídico do Departamento
Jurídico da APOINME

Victor Hugo Streit Vieira
Assessor Jurídico da APIB
OAB/PR 115.553